

Condições para a emergência do neofascismo no Brasil: da crise política ao governo Bolsonaro

Conditions for the emergence of neo-fascism in Brazil: from the political crisis to the Bolsonaro government

Liana França Dourado Barradas*

Gabriel Magalhães Beltrão**

Resumo: O capitalismo em crise aprofunda o neoliberalismo e o corolário tem sido o avanço da extrema direita em muitos países, com variados traços de fascistização. Há entre o neoliberalismo e o neofascismo uma afinidade eletiva. No Brasil, a crise política iniciada em 2013 e radicalizada em 2015 com a crise econômica deflagrou o processo de fascistização. Alicerçado na interpretação de Nicos Poulantzas, buscar-se-á apresentar a peculiaridade de uma crise política que cria o ambiente propício para o surgimento do movimento fascista a partir do ativismo de massas das classes médias radicalizadas. A debilidade política da classe trabalhadora aliada à aguda disputa política no seio das classes dominantes engendrou uma grave crise política e institucional, permitindo o ascenso das classes médias que, em 2018, chegam ao Executivo Federal com a eleição de Jair Bolsonaro, mas não para terem os seus reais interesses representados.

Palavras-chaves: Neoliberalismo; Neofascismo; Crise política.

Abstract: Capitalism in crisis deepens neoliberalism and the corollary has been the advance of the extreme right in many countries, with various traces of fascistization. There is an elective affinity between neoliberalism and neofascism. In Brazil, the political crisis started in 2013 and radicalized in 2015 with the economic crisis has triggered the process of fascistization. Based on the interpretation of Nicos Poulantzas, we will seek to present the peculiarity of a political crisis that creates the enabling environment for the emergence of the fascist movement from the mass activism of the radicalized middle classes. The political weakness of the working class coupled with the acute political dispute within the dominant classes has engendered a serious political and institutional crisis, allowing the rise of the middle classes that, in 2018, reach the Federal Executive with the election of Jair Bolsonaro, but not to have their real interests represented.

Keywords: Neoliberalism; Neo-fascism; Political crisis.

Recebido em: 16/08/2023

Aprovado em: 30/10/2023

* Assistente social, mestre em Serviço Social pela UFAL, doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora Adjunta de Serviço Social da Universidade de Pernambuco/UPE. Pesquisadora e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Políticas Sociais e Movimentos Sociais. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8548-8943>

** Bacharel em Ciências Sociais/ICS/UFAL, mestre em Sociologia/ICS/UFAL, doutorando de Serviço Social PPGSS/FSSO/UFAL. Professor de Sociologia do Instituto Federal de Alagoas/IFAL. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8002-1589>



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt-BR>), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

A vitória eleitoral de Jair Bolsonaro em 2018 reativou o debate acerca do fascismo nos meios acadêmicos e nas organizações da esquerda brasileira e latino-americana. Soma-se, desta forma, às reflexões já existentes na Europa e nos EUA acerca dos variados movimentos, partidos, líderes e governos de cariz de extrema direita ou (neo)fascista que emergiram nas últimas décadas. Segundo Löwy (2019, n.p), a despeito da heterogeneidade apresentada nos diversos países, o neofascismo é hoje um fenômeno planetário.

O escopo deste artigo se restringe à análise das condições que têm ensejado a emergência da extrema direita, especialmente a neofascista, no mundo hoje e em particular no Brasil. Não trataremos, portanto, da análise do governo Jair Bolsonaro (2019-2022), apenas das condições econômicas e políticas que resultaram na sua vitória eleitoral em 2018.

No primeiro item – *O neoliberalismo e a emergência do neofascismo* - apresentaremos a hipótese de que há entre o neoliberalismo e o neofascismo uma “afinidade eletiva”, seguindo Filgueiras e Druck. O neoliberalismo como expressão político-ideológica do capitalismo em crise corroeu progressivamente a legitimidade da democracia liberal, mesmo naqueles países considerados socialdemocratas. Hoje, o “novo-neoliberalismo” (Dardot; Laval, 2019, n.p) despe-se de sua aura ideológica que o apresentava como sinônimo de democracia e valores individuais, exigindo cada vez mais o desmantelamento dos direitos de bem-estar social e o recrudescimento do autoritarismo inerente ao Estado capitalista. O desfalecimento da legitimidade da democracia liberal pelo neoliberalismo tem resultado, como efeito colateral, no surgimento de variados movimentos de extrema direita na Europa, EUA e na América Latina, os quais buscam superar esta crise da democracia liberal não com a superação do capitalismo, mas da própria democracia em favor de um Estado de Exceção de tipo fascista.

No segundo item – *As condições de emergência do neofascismo no Brasil* – reforçaremos que há uma “afinidade eletiva” entre o neoliberalismo e o neofascismo, mas não uma relação de necessidade. Ainda que esse vínculo entre crise do capitalismo, neoliberalismo e extrema direitização possa ser identificado como um movimento tendencial, o desenvolvimento do processo de fascistização não é visto como uma consequência necessária da acumulação de capital, pois apenas um tipo particular de crise política pode dar origem ao referido processo (Poulantzas, 2021). Ancorado em Boito Jr. (2019), mostraremos que desde os

idos de 2013 o Brasil adentrou num agudo conflito entre as classes burguesas pela direção da orientação estratégica do Estado, o que, somado à incapacidade de defesa das instituições democráticas por parte dos trabalhadores, conduziu o país a uma profunda crise política, elevada ao paroxismo em 2015 com a crise econômica e a queda brusca da taxa de lucro das classes dominantes (Pinto *et al*, 2019).

No terceiro item – *Crise política e o processo de fascistização* – daremos prosseguimento aos argumentos tangenciados no item anterior, de modo a tornar cristalina a interpretação de natureza poulantziana segunda a qual somente uma crise política específica é capaz de dar origem ao processo de fascistização. Longe de ser resultado de uma ofensiva dos trabalhadores, o fascismo se converte em movimento de relevo justamente em razão da sua debilidade, com o processo de fascistização colocando os trabalhadores na defensiva.

No quarto e último item – *O papel na Lava-Jato no processo de fascistização* – apresentaremos a Operação Lava-Jato como um reflexo da crise política, que, por sua vez, a aprofundou significativamente. De “bactéria” (Pinto *et al*, 2019, p. 129) inoculada pelo campo neoliberal ortodoxo a fim de resolver seus conflitos no bloco no poder, a operação adquiriu autonomia e produziu profunda destruição política e institucional, da qual brotou o bolsonarismo – o neofascismo tupiniquim em estado pleno, que foi capaz de desbaratar outros “concorrentes” como o próprio lava-jatismo.

No quinto e último item teceremos as considerações finais, que será seguida pelas referências bibliográficas.

O neoliberalismo e a emergência do neofascismo

As condições globais têm fomentado uma tendência à extrema direitização – quiçá fascistização - do cenário político tanto nos países centrais/imperialistas quanto nos países periféricos/dependentes, incluindo formações sociais que gozam de larga experiência democrático-liberal com traço socialdemocrata. Trata-se das marcas da crise global do capitalismo. Esta crise deflagrada a partir da década de 1970 e agudizada em 2008 tem provocado fraturas econômicas, sociais e ideo-culturais no capitalismo, com impactos generalizados, ainda que desiguais entre os países.

A crise capitalista erodiu o consenso fordista-keynesiano do pós-guerra e o desenvolvimentismo latino-americano. Os Estados imperialistas introduziram o neoliberalismo como “vanguarda político-ideológica do capitalismo financeirizado”, “produzindo implicações gravíssimas para as condições de vida e trabalho da maioria da população mundial” (Druck; Filgueiras, 2018, n.p). Muito mais do que uma mera política econômica de natureza conjuntural,

erige-se, segundo a terminologia dos autores, um novo padrão de desenvolvimento capitalista (estrutural) (Druck; Filgueiras, 2018, n.p). O neoliberalismo constituiu uma *nova hegemonia*, uma *nova racionalidade*, estimulando o individualismo e a concorrência, fomentando um senso comum embebido pela ideologia do empreendedorismo, a “ditadura do sucesso”, a qual pode se expressar em modalidades laicas ou religiosas – vide a teologia da prosperidade típica do neopentecostalismo. Nos termos de Dardot e Laval,

Não se trata somente de políticas econômicas monetaristas ou de austeridade, de mercantilização das relações sociais ou de ditadura dos mercados financeiros. Trata-se mais fundamentalmente de uma racionalidade política que se tornou mundial e que consiste em impor por parte dos governos, na economia, na sociedade e no próprio Estado, a *lógica do capital até a converter na forma das subjetividades e na norma das existências* (Dardot; Laval, 2019, n.p, grifo nosso).

O neoliberalismo é essencialmente autofágico, “se nutre das crises econômicas e sociais que gera” (*Idem*), pregando a intensificação da sua própria lógica como única saída cabível para “superação” das crises (“Não há alternativas”, de Margaret Thatcher). Desta maneira, o neoliberalismo tem se nutrido da revolta por ele produzida em amplas parcelas da população contra a democracia liberal, visto que esta, mediante os partidos tradicionais da direita e da esquerda, operacionalizou a modernização neoliberal e sua contraface, qual seja, a ampliação da desigualdade social em patamares inauditos. Tem-se produzido, segundo Dardot e Laval, uma metamorfose no neoliberalismo na última década: despe-se de sua hipócrita imagem inicial de politicamente liberal e democrático, cioso do Estado de direito, conjugando-se ao “fechamento de fronteiras, a construção de muros, o culto à nação e à soberania do Estado, a ofensiva declarada contra os direitos humanos, acusados de colocar em perigo a segurança” (2019, n.p).

Filgueiras e Druck sintetizam o presente nos seguintes termos:

Para além das aparências e da retórica, há uma clara convergência política, uma *afinidade eletiva*, entre o neoliberalismo, enquanto expressão dos interesses do capital financeiro - doutrina/ideologia, política econômica e tipo de racionalidade -, e a atual ascensão da extrema-direita (no limite, o neofascismo) (Filgueiras; Druck, 2019, n.p, grifo nosso).

A natureza antidemocrática do neoliberalismo, exposta já nos seus principais teóricos, como Friedrich Hayek, e na sua primeira experiência histórica no Chile de Pinochet e de Milton Friedman e seus “Chicago Boys”, vem se explicitando atualmente, com sua atuação destinada a recrudescer o autoritarismo estatal. O neoliberalismo contemporâneo, alavancado após a crise de 2008, aproveita-se da corrosão que produziu na legitimidade das democracias liberais para mobilizar o ressentimento dos derrotados, das suas próprias vítimas, em torno do

aprofundamento do domínio do capital sobre a sociedade. Vale-se, desta forma, de uma aura plebeia, “revolucionária”, anti-*establishment*, capaz de edulcorar o avanço da racionalidade capitalista, à qual já não consegue mais produzir doses mínimas de legitimidade para a classe política tradicional – os partidos tradicionais da direita liberal e a socialdemocracia.

A “globalização capitalista – que é também um processo de brutal homogeneização cultural – produz e reproduz, em escala mundial, formas de ‘pânico identitário’” (Löwy, 2019, n.p) que, somado à deterioração econômica e social dos trabalhadores e dos setores médios, alimentam expressões chauvinistas e de variadas formas de intolerância (religiosa, étnico-racial, nacional). Estas expressões de medo do “outro”, um concorrente num mercado de trabalho “flexível” e precarizado, têm sido habilmente manipuladas pela extrema direita a fim de mobilizar a insatisfação de amplos setores da sociedade diante de uma democracia liberal plenamente comprometida com os preceitos neoliberais típicos da financeirização. Por sinal, ainda que de forma díspar, o uso do medo não é uma exclusividade da extrema direita. O caso francês é eloquente: Macron se utiliza do medo provocado pela extrema direita de Le Pen para sagrar-se vitorioso nas urnas e, daí, governar a serviço do aprofundamento do neoliberalismo no país. Não se trata, entretanto, de uma governança qualquer, linear com a etapa anterior do neoliberalismo, mas de uma expressão do “novo neoliberalismo”: Macron leva “mais longe ainda a identificação do Estado com a empresa privada”, “não para de centralizar o poder em suas mãos e chega, inclusive, a promover uma mudança constitucional que convalidará a fragilização do Parlamento em nome da eficácia” (Dardot; Laval, 2019, n.p). O equilíbrio de poderes entre as instituições da democracia liberal é rompido em benefício do Poder Executivo, que, sob a hegemonia do capital financeiro, conduz o aparelho estatal a uma verdadeira guerra civil contra os defensores dos direitos sociais e econômicos num modelo de governança que Dardot e Laval caracterizam como “bonapartismo empresarial”¹.

Verifica-se nas últimas décadas uma corrosão progressiva do Estado democrático de direito, fenômeno que ocorre por dentro da institucionalidade e que engendra, *pari passu*, seus opositores viscerais e adeptos, de forma mais ou menos explícita, da ruptura institucional em benefício de um pleno Estado de exceção. Para estes não bastam o ambiente persecutório e a remodelagem da democracia liberal para algo bastante aproximado ao Estado de exceção almejado, obra dos liberais de variadas linhagens (de direita e de esquerda). Trata-se de romper

¹ Com rejeição popular da ordem de 70% da população e com sérios riscos de derrota legislativa, Macron impôs por decreto uma (contra)reforma previdenciária na França, que, dentre outros pontos, ampliou a idade mínima e o tempo de contribuição dos trabalhadores franceses. Cf.: <https://www.cartacapital.com.br/mundo/conselho-constitucional-frances-aprova-as-principais-medidas-da-reforma-da-previdencia-de-macron/>

definitivamente com qualquer prurido liberal-democrático. Para isso, a extrema direita contemporânea, neofascista, de caráter mobilizador, arregimenta sua base de massas em torno da defesa de valores culturais e morais retrógrados, prometendo resgatar um passado mítico que haveria sido maculado pela democracia liberal e sua elite política corrupta e antinacional.

O conservadorismo doentio e embebido nas mais variadas teorias da conspiração, entretanto, não passa de um estratagema absolutamente funcional à marcha modernizadora do capital financeiro e de sua expressão político-ideológica: o neoliberalismo. Dado o ocaso da legitimidade da “democracia de mercado” (Dardot; Laval, 2019, n.p) – que fora funcional, pois gozava de hegemonia nos anos 1990 e na primeira década do século XXI - , hoje o neoliberalismo aproxima-se do neofascismo, travando com ele uma relação ambígua, simbiótica e oportunista: ora se utilizando dele para pressionar o sistema político dos países democráticos ao recrudescimento do autoritarismo e ao avanço da sua agenda (vide o caso do “macronismo” francês); ora aquiescendo, quando não apoiando despudoradamente forças políticas neofascistas, como no caso brasileiro, sacramentando a simbiose entre ambos.

As condições de emergência do neofascismo no Brasil

Antes de prosseguirmos é importante deixar evidente que não consideramos o fascismo como um fenômeno político derivado *diretamente* de um determinado estágio do desenvolvimento capitalista ou de um cenário de crise econômica. As considerações expostas acima, pautada em intérpretes de variadas abordagens no seio do pensamento histórico-crítico, servem apenas para ilustrar que na quadra histórica atual do capitalismo há uma *tendência, não uma necessidade*, à emergência de movimentos de extrema direita - os quais podem assumir características fascistas – e ao recrudescimento do autoritarismo inerente ao Estado capitalista, mesmo que no interior da sua forma democrático-liberal². Não há a pretensão, portanto, de reduzir a análise política às considerações de ordem econômicas que produziriam, enquanto epifenômeno, o fascismo. Ponderação semelhante fez Palmiro Togliatti nos idos de 1935:

É preciso ter cuidado pra não cometer o erro de considerar como fatal, inevitável, a passagem da democracia burguesa ao fascismo. Por que? Porque o imperialismo [hoje a crise capitalista e o neoliberalismo] não deve *necessariamente* dar lugar ao regime da ditadura fascista. (...) a Inglaterra (...)

² Concordando com Poulantzas, não entendemos o fascismo como um “simples autodesenvolvimento linear e necessário desses ‘germes’ [de autoritarismo no seio do regime democrático-liberal] até seu amadurecimento” (Poulantzas, 2021, p. 66) definitivo. Não há processo orgânico entre a democracia liberal e o fascismo, visto se tratarem de formas de Estado capitalista distintas. Crise política específica e fissuras profundas no sistema institucional (aparelhos de Estado) podem produzir a emergência do Estado de exceção fascista em ruptura com a forma liberal-democrática, ainda que esta última esteja já marcada por traços salientes de autoritarismo. A banalização de noções com tom de denúncia como “Estado de exceção permanente” pode prejudicar a análise das formas de Estado e, pior, surtir efeitos políticos prejudiciais aos trabalhadores em termos estratégicos e táticos.

possui um regime democrático parlamentar (embora não se possa afirmar que aí não existam traços reacionários). (...) Essa tendência à forma fascista de governo existe em toda parte. Mas isto não quer dizer ainda que em toda parte se deva chegar necessariamente ao fascismo (Togliatti, 1978, p. 4).

Na esteira de Nicos Poulantzas, também consideramos que o fascismo não é, de forma alguma, um fenômeno exclusivamente ligado a um “período” determinado do desenvolvimento capitalista, não é, portanto, uma “categoria histórica”³, irreptível. Para o marxista grego, o “fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes” (Poulantzas, 2021, p. 65), uma forma que o Estado *pode* assumir “devida a uma conjuntura muito particular da luta de classes” (*Idem*), luta esta que não é “exaustivamente determinada pelo período de desenvolvimento do capitalismo no qual se situa essa luta de classes” (*Idem*, p. 66).

Nesse sentido, podemos dizer que a crise capitalista que deflagra o neoliberalismo se constitui num período histórico que apresenta contradições particulares que nos ajudam a entender a emergência da extrema direita e do neofascismo como movimentos políticos em boa parte dos países capitalistas, contudo, apenas a análise particular de cada formação social com suas contradições próprias nos permite elucidar as razões profundas para a emergência do neofascismo e o seu fortalecimento, de modo a se converter em movimentos de relevo, governos ou mesmo regimes políticos de exceção (este último ainda uma mera possibilidade histórica). O hodierno engendra contradições que criam movimentos tendenciais de extrema direitização, seja no interior da própria democracia liberal – cada vez mais reacionária – ou da conformação de movimentos políticos de massa, fascistas, que vislumbram uma mudança na forma do Estado capitalista. Entretanto, apenas a dinâmica específica da luta de classes permite o evoluir do fascismo à condição de governo ou, no limite, à condição de um regime político do Estado capitalista de exceção.

Um tipo de crise política muito particular cria as condições para a emergência do fascismo como movimento político relevante e para o processo de fascistização⁴, *o qual é resistível e evitável até determinado ponto*. Nos termos de Poulantzas,

O processo de fascistização e o advento do fascismo *correspondem a uma situação de aprofundamento e exacerbação aguda das contradições internas entre as classes e frações de classes dominantes*: trata-se aqui de um elemento importante da crise política em questão (Poulantzas, 2021, p. 77).

³ Cf. artigo do politólogo argentino Atilio Borón: <https://www.brasilefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave>.

⁴ “(...) o processo de fascistização corresponde a uma viragem decisiva na relação das forças em presença; corresponde muito exatamente a uma etapa e a uma estratégia ofensivas da burguesia e a uma etapa defensiva da classe operária” (Poulantzas, 2021, p. 85).

A crise política que deflagra o processo de fascistização não é aquela advinda da ofensiva das classes dominadas sobre as classes dominantes, ao contrário, o traço peculiar da crise política que pode desaguar em um regime fascista é a posição defensiva do proletariado e a intensa crise política no seio do bloco no poder⁵, que se manifesta em crise de representação partidária e em crise ideológica. Há, segundo Poulantzas, um “*processo de politização declarada da luta de classes*”: com a fascistização as classes dominantes, a despeito de sua profunda crise política interna (crise de hegemonia), avançam sobre as classes dominadas não apenas em termos econômicos (ampliação da taxa de exploração), mas também e principalmente em termos políticos, atacando por todos os meios, inclusive físicos, a organização do operariado a fim de fragmentá-lo ao máximo. Não se trata, portanto, de uma crise política oriunda de um equilíbrio de forças entre as classes antagônicas, muito menos de uma crise política resultante de uma ofensiva do proletariado. É justamente essa debilidade da classe antagônica que permite essa situação aparentemente paradoxal em que a ofensiva burguesa ocorre *pari passu* à politização das contradições internas ao próprio bloco no poder, sem que exista, portanto, o efeito de “‘ressoldagem’ interna ao bloco face ao inimigo comum” (Poulantzas, 2021, p. 78)⁶.

Feitas estas considerações, passemos à análise das condições que permitiram o surgimento e fortalecimento do bolsonarismo, expressão mais acabada do neofascismo no Brasil.

Partimos da premissa de que entre 2003 e 2014 esteve no governo brasileiro uma frente política neodesenvolvimentista liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Tratava-se de uma frente ampla e heterogênea, policlassista, que, apesar da liderança do PT, era dirigida pela grande burguesia interna brasileira⁷, envolvendo de forma subordinada seguimentos da classe

⁵ “Em uma formação social, composta de numerosas classes sociais, e em particular em uma formação social capitalista, onde a classe burguesa é constitutivamente dividida em frações de classe, o terreno da dominação política não é ocupado por uma única classe ou fração. Trata-se de uma aliança específica de muitas classes ou frações de classes, aliança que eu, aliás, designei com o termo de *bloco no poder*. Assim, as contradições entre as classes e frações de classe dominantes assumem uma importância bastante determinante, no que concerne às formas de Estado e regime” (Poulantzas, 2021, p. 78).

⁶ A título de exemplo poderíamos mencionar a crise política interna ao bloco no poder ocorrida no Brasil no início dos anos 1960. Em linhas gerais, opunham-se as frações da média e grande burguesias, estas últimas já possuindo vínculos orgânicos com o capital monopolista estrangeiro. Tal confronto de classes apresentava-se publicamente como disputa de projetos políticos entre os desenvolvimentistas nacionalistas (trabalhismo varguista) e os desenvolvimentistas adeptos da associação definitiva ao capital estrangeiro (UDN e o grosso do PSD). Tais projetos, por sua vez, firmavam alianças de classes distintas: os nacionalistas principalmente com o operariado urbano e os adeptos do desenvolvimento associado com as modernas classes médias urbanas e as oligarquias rurais. Entretanto, a progressiva autonomização política do operariado e a emergência das ligas camponesas operaram o efeito de “ressoldagem” do bloco no poder, secundarizando a luta interna ao bloco em relação à luta entre as classes antagônicas. A crise política específica ao fascismo, entretanto, não apresenta esse elemento coesionador das classes dominantes, o que intensifica a disputa política interna. O proletariado encontra-se na defensiva.

⁷ Segundo Boito Jr.: “Não se trata da velha burguesia nacional, passível de assumir posições anti-imperialistas,

trabalhadora excluídos do bloco no poder: baixa classe média, operariado, campesinato e trabalhadores da massa marginal (Boito Jr., 2018, p. 103). Essa frente política se “constituiu no principal recurso político do qual se valeu a grande burguesia interna para ascender politicamente no interior do bloco no poder” (*Idem*), convertendo-se na fração hegemônica do bloco ao deslocar a burguesia internacionalizada ou associada⁸ para uma posição subordinada e, por conseguinte, oposicionista (cuja principal expressão na cena política era o PSDB). O confronto entre essas duas frações das classes dominantes opunha dois projetos políticos: o neodesenvolvimentismo – o desenvolvimentismo possível dentro dos limites impostos pelo modelo capitalista neoliberal (estrutural) - e a política neoliberal ortodoxa.

As contradições entre esses dois campos não impediram que a frente neodesenvolvimentista se sustentasse e lograsse êxito político, principalmente no período compreendido entre 2006 e 2010, quando as tensões foram dirimidas tanto no bloco no poder quanto no conjunto da formação social dado o crescimento generalizado das taxas de lucro e dos indicadores sociais favoráveis, o que impulsionou a aprovação e a reeleição de Lula e a eleição de Dilma Rousseff em 2010. O chamado “jogo de ganha-ganha” começou a se deteriorar, entretanto, progressivamente a partir de 2011. A partir deste ano,

A piora do cenário externo após 2011 foi ainda reflexo dos efeitos da crise internacional de 2008, em virtude da desaceleração da China e do retorno das políticas de austeridade na Europa e nos países da periferia. Tal situação gerou dificuldades na realização das mercadorias no plano do mercado mundial, impactado na queda dos preços e das quantidades das *commodities* que o Brasil exporta. Isso provocou o balanço de pagamentos, o câmbio e os investimentos, sobretudo os da indústria de *commodities* intensivas em capital (petróleo, gás, siderurgia, papel e celulose, mineração, etc.), que possuem importante participação na economia brasileira (Pinto *et al*, 2019, p. 115).

Ainda segundo os autores, a partir de 2011 a taxa de lucro dos setores mais relevantes da economia passou a declinar progressivamente, com a exceção do setor bancário-financeiro (Cf. gráfico). A chamada “Nova Matriz Econômica” do governo Dilma I buscava estimular o investimento privado, que deveria suplantiar de forma progressiva o investimento público, que fora a locomotiva do crescimento a partir de 2006. Mecanismos como redução da Selic⁹, do

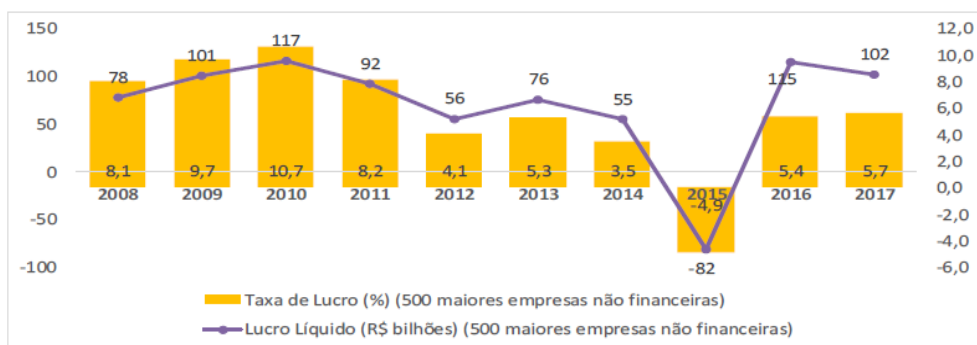
mas de uma fração burguesa que, embora dependente tecnológica e financeiramente do imperialismo, entretém com ele relações complexas de unidade, que é aspecto principal dessa relação, e de conflito, que é o aspecto secundário” (2018, p. 303). Os principais setores componentes da grande burguesia interna brasileira seriam a construção naval, a construção pesada, o agronegócio, a mineração e os bancos nacionais.

⁸ “(...) essa fração é composta pelos grupos econômicos internacionais atuantes no Brasil (...) e também, convém destacar, por empresas de capital predominantemente nacional que, no entanto, entretém uma relação de dependência direta para com o capital internacional (...)” (Boito Jr., 2018, p. 276). Boito Jr. ressalva: “O fracionamento da burguesia é portanto complexo. Não há uma linha reta e estável separando as frações burguesas” (*Idem*, p. 277).

⁹ Entre junho de 2011 e outubro de 2012 a taxa básica de juros nominal despencou de 12,25% para 7,25%, o que representou uma taxa de juros real de 1,8% (11/2012) frente a taxa de 4,5% no ano anterior. Cf.: Breve histórico

spread bancário, desvalorização cambial, amplas isenções fiscais, redução de tarifas de energia elétrica e dos derivados do petróleo e redução dos investimentos públicos - que deveriam dar lugar aos investimentos privados e às PPPs - acabaram não surtindo os efeitos esperados de dinamizar os investimentos privados, pois, na prática, essas reduções de custos com capital constante e da parcela da mais-valia destinada ao capital bancário e ao Fisco serviram para amortizar as quedas nas taxas de lucro do empresariado¹⁰.

Gráfico 1 – Taxa de lucro e lucro líquido das 500 maiores empresas não financeiras.



Fonte: Revista Exame (Maiores e Melhores) *apud* Pinto *et al*, 2019.

De forma concomitante à tendencial queda das taxas de lucro, o mercado de trabalho se manteve favorável ao poder de barganha dos trabalhadores, com a taxa de desocupação chegando a 4,3% em 2014 (IBGE), com 50,3% da população ocupada com carteira assinada, crescimento de 59,6% em 11 anos (o percentual de ocupados com carteira assinada em 2003 era de 39,7%)¹¹. Estas condições permitiram um forte ativismo sindical com pautas econômicas (recorde de greves entre os anos de 2013/14) e ganhos salariais acima da inflação, cujo piso era garantido pela política de valorização do salário mínimo¹². “A elevação dos rendimentos reais do trabalho, associada às quedas das taxas de lucro, reacendeu a luta entre capital e o trabalho” (Pinto *et al*, 2019, p. 117) e, concomitantemente, o conflito no interior do bloco no poder em torno das políticas econômica e social a serem adotadas. É dessa multiversa luta de classes que emergirá as condições para o nascimento e o fortalecimento do neofascismo brasileiro.

da taxa de juros real no Brasil - Paulo Gala / Economia & Finanças.

¹⁰ A economista Laura Carvalho intitula a política econômica levada a cabo pelo governo Dilma I de “Agenda FIESP”, pois foi elaborada em atendimento às demandas do setor industrial. Cf.: *Valsa Brasileira*, Todavia, 2018. Entre os economistas heterodoxos a política econômica do Dilma I é bastante controversa, indo das análises que a caracterizam como uma guinada do neodesenvolvimentismo àquelas que a enxergam como um recuo do projeto econômico iniciado no governo Lula II, cujo desfecho foi o esfriamento paulatino da economia até a crise de 2014/2015.

¹¹ Cf.: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/15432-em-dezembro-taxa-de-desocupacao-fica-em-4-3-e-fecha-2014-com-media-de-4-8>.

¹² Cf.: <https://www.eco.unicamp.br/noticias/o-poder-de-compra-do-salario-minimo-dos-governos-lula-a-bolsonaro-nota-do-cecon-n-18>.

Crise política e o processo de fascistização

Dilma Rousseff afirma que,

Nos idos de 2013, já era claro que se avizinhava um enfrentamento de largas proporções, embora ele ainda parecesse limitado às normas constitucionais e democráticas. O campo conservador ensaiava uma ofensiva para desgastar a coalização democrático-popular e impor-lhe uma derrota frontal, retomando o governo nacional nas eleições seguintes, em 2014, ou se preparando para adotar o caminho golpista (Rousseff, 2023, n.p).

Já estava prenunciado um agudo enfrentamento entre o que Rousseff define como o campo das “frações hegemônicas das elites internas e de seus sócios internacionais”, em prol de reformas liberais, e o campo que dera “início a um difícil processo de mudança do modelo econômico, no interior de um sistema político construído para impedir que as classes trabalhadoras e seus partidos formassem maioria no Parlamento e nas demais instituições” (Rousseff, 2023, n.p). As jornadas de junho de 2013 e as disputas por sua liderança e narrativa precipitaram este embate, que no primeiro semestre ainda estava submerso. A despeito da queda de popularidade da Presidente após as jornadas – queda de 65% para 30% segundo Datafolha entre o primeiro e o segundo semestre de 2013 – e de intensa campanha midiática antidesenvolvimentista e antipetista, ambos associados à inflação e à corrupção, a força da frente política neodesenvolvimentista junto ao eleitorado, especialmente entre os segmentos da base da pirâmide salarial, garantiu a vitória nas eleições de 2014, mesmo que por margem estreita de votos. Entretanto, como disse Rousseff, a ofensiva do campo opositor visava retomar o Executivo Federal a qualquer custo, não importando se pelas vias democráticas ou pelo caminho golpista, o que se impôs a partir de 2015.

Segundo Boito Jr., a crise política em gestação desde 2013 irrompe após as eleições de 2014 como parte da “forte ofensiva restauradora do campo neoliberal ortodoxo” (2018, p. 211) para iniciar nova onda de reformas neoliberais no país. Em razão da degradação econômica e do “ensaio desenvolvimentista”¹³ de Dilma I, a burguesia associada ao capital estrangeiro teria logrado êxito em atrair o setor bancário nacional, deslocando-o da frente neodesenvolvimentista para as hostes oposicionistas do neoliberalismo ortodoxo.

Na nossa leitura, a reeleição de Rousseff em 2014 aprofundou a já existente defasagem entre o ciclo de acumulação (em deterioração desde 2011) e as políticas econômica e social levadas a cabo pela frente neodesenvolvimentista liderada pelo PT¹⁴. O fato da Presidenta

¹³ Boito Jr. segue André Singer e sua leitura de que a “Nova Matriz Econômica” de Dilma/Mantega representou uma aceleração do neodesenvolvimentismo, uma ofensiva política que deslocou o lulismo um pouco mais para perto do reformismo forte, mas com isso “cutucou a onça com vara curta”. A onça neste caso é o setor bancário nacional, que rompe com a frente nacional desenvolvimentista e passa a reforçar a ofensiva neoliberal.

¹⁴ O projeto neodesenvolvimentista entrou em rota de colisão com a estrutura de acumulação que jamais tentou

reeleita ainda em 2014 ter caminhado “numa direção oposta ao prometido, ao adotar políticas econômicas ortodoxas (austeridade) (...) e [ter ventilado] propostas de mudança nas leis trabalhistas e previdenciárias” (Pinto *et al*, 2019, p. 119) *não foi suficiente para “ressoldar” o bloco no poder e, por conseguinte, estancar a crise política*. Ao contrário do esperado, o governo liderado pelo PT não só não conseguiu reestabelecer a unidade do bloco, como corroe sua legitimidade com sua base social – movimentos sociais e sindicais, trabalhadores mais pobres –, que vivenciou queda do emprego e da renda. O que se verificou durante o aguçamento das crises política e econômica (2015/16) foi a neutralização da classe trabalhadora em geral, fato que se explica tanto por este aspecto conjuntural (efeitos deletérios da austeridade) quanto por outros de ordem mais geral, diretamente ligados ao que Singer define como *lulismo*¹⁵.

Importante frisar o seguinte: o fato de a ofensiva neoliberal ter conseguido erigir um *relativo* consenso no seio das classes dominantes quanto à necessidade de se implementar *algum* ajuste fiscal em 2015, perspectivando a retomada do crescimento das taxas de lucro, não significa que houvesse aí uma “ressoldagem” do bloco no poder. Como nos mostrou Poulantzas, a existência de um inimigo comum com capacidade política de fazer o enfrentamento em alto nível – elemento inexistente - é condição necessária para essa “ressoldagem” do bloco em tempos de forte crise política. Sem esse elemento o que imperou foi um conflito interburguês em torno da direção do processo político, uma disputa áspera pela definição das políticas econômica, social e externa, ainda que esse embate não se apresentasse na forma cristalina de dois campos opostos e bem delimitados.

A hipótese aqui exposta é de que as convergências surgidas entre as classes dominantes nos idos de 2015/16, o que Pinto *et al* (2019, p. 120) define como o “‘consenso da insensatez’ dos setores dominantes”, não dissolveram – pelo menos de imediato - as contradições entre os campos neodesenvolvimentista e neoliberal ortodoxo. Foi justamente a incapacidade de se erigir uma dominação particular de uma determinada fração burguesa sobre os demais membros da aliança no poder que produziu as condições necessárias para o processo de fascistização iniciado desde então. Pode-se dizer que a crise econômica – que expressou o êxito e os limites

subverter. Suas políticas econômica e social, apesar de tímidas, não se mostraram integráveis ao modelo neoliberal no longo prazo. A queda das taxas de lucro ocasionada pelos ganhos salariais - lentos, mas contínuos e cumulativo -, desnudou um capitalismo cujo cerne da acumulação é a superexploração da força de trabalho, não a deflagração de um ciclo duradouro e estável dinamizado pela mais-valia relativa. As crises econômica e política que explodem em 2015 dissiparam as ilusões surgidas na década anterior a respeito da natureza do capitalismo brasileiro e da democracia proveniente da redemocratização.

¹⁵ Traços característicos do lulismo seriam o vínculo prioritário com os “pobres”, subordinando os trabalhadores vinculados aos movimentos sindical e social organizados, e um reformismo fraco operacionalizado pelo alto, evitando a mobilização da sociedade e a desestabilização da ordem. Segundo Singer, o *lulismo* teria se consolidado nas eleições de 2006. Cf.: SINGER, A. *Raízes sociais e ideológicas do lulismo*. Novos Estudos, n° 85, p. 83-102, nov. 2009.

do projeto neodesenvolvimentista – foi suficiente para fazer ruir a hegemonia que a grande burguesia interna detinha há uma década, entretanto, o estabelecimento de uma nova hegemonia exigia muito mais do que um consenso *difuso* em torno das reformas liberais, posto que *o teor, o grau e a profundidade das medidas a serem adotadas não são consensuais*. Tais variáveis do projeto neoliberal ortodoxo podem resultar, inclusive, em debacle de agentes econômicos ou mesmo de ramos inteiros, o que acabou de fato ocorrendo – vide setor naval, construção civil pesada, dentre outros. Não é razoável se supor que houvesse consenso quanto ao ultraneoliberalismo praticado a partir do golpe de 2016 em diante. Desta forma, foi a preservação da crise política como reflexo da crise de hegemonia no seio das classes dominantes que criou o ambiente propício para o fortalecimento do “lavajatismo” e o bolsonarismo. Nos termos de Poulantzas,

É a incapacidade de uma classe, ou fração, de impor sua hegemonia, em suma, em última análise, a incapacidade da aliança no poder de ultrapassar ‘por si mesma’ suas próprias contradições exacerbadas, que caracteriza a conjuntura dos fascismos. *Essa incapacidade de hegemonia no interior do bloco no poder se deve também, além disso, à crise de hegemonia que atravessa o bloco no poder e seus membros no que concerne, dessa vez agora, à sua dominação política sobre o conjunto da formação social* (Poulantzas, 2021, p. 79, grifo nosso).

Deste conflito interburguês emergiu a mobilização das classes médias, constituindo uma ativa base de massas que respaldava o projeto político neoliberal ortodoxo. Apesar dos vínculos existentes entre os movimentos de direita que mobilizavam a alta classe média (MBL, Vem Pra Rua, Revoltados Online, etc.) com a representação política desde campo (PSDB especialmente) e com *think tanks* internacionais, Boito Jr. afirma um aspecto relevante para o entendimento do evoluir da crise política: “Tais ações não são controladas pela burguesia internacional e, justamente por isso, entretêm uma relação difícil com a direção do PSDB; elas funcionam, contudo, como principal instrumento de legitimação da ofensiva burguesa restauradora” (Boito Jr., 2018, p. 215).

Aqui é importante resgatar Palmiro Togliatti e sua definição de fascismo, cujo *traço essencial* reside no caráter de massas das organizações fascistas: “O fascismo, diz ele, não significa apenas a luta contra a democracia burguesa (...)”, devemos empregar a definição de fascismo “*apenas* quando a luta contra a classe operária se desenvolver sobre uma base de massa de caráter pequeno-burguês [as atuais classes médias] (...)” (1978, p. 5, grifo nosso). Grupos (seitas) fascistas não se confundem com movimentos fascistas: os primeiros apenas podem se converter nos segundos, o que exige muito mais do que mera habilidade política das suas direções, sendo necessário a existência de crise política das classes dominantes somada à

fragilidade ideológica e política dos trabalhadores em dar o combate a tais grupos, atraindo segmentos expressivos das classes médias. No caso brasileiro, por exemplo, o Integralismo dos anos 1930¹⁶ se valeu da crise política do período e do ativismo das classes médias para se converter num típico movimento fascista, capaz de intervir na grande política nacional dos primeiros anos do governo Vargas. Mais contemporaneamente, não podemos dizer que Bolsonaro e seu entorno se tornaram fascista apenas a partir de 2015 em diante. Seu histórico revela ideias e práticas que têm clara intencionalidade fascizante, entretanto, apenas com a conjuntura política deflagrada a partir de 2015 é que esta intenção encontrou terreno fértil o suficiente para se converter num movimento fascista que ascendeu ao Executivo Federal anos depois.

A crise política burguesa iniciada nos idos de 2013 e intensificada em 2015 com a crise econômica¹⁷, associada à defensiva a qual foi posta a classe trabalhadora com o crescimento do desemprego e o “cavalo de pau” dado pelo governo Dilma II na política econômica, criaram um ambiente propenso para o ativismo político das classes médias. O campo neoliberal ortodoxo (burguesia associada e capital estrangeiro) operou nas sombras no intuito de constituir uma base de apoio que respaldasse o golpe jurídico-parlamentar consumado em 2016. Segundo Filgueiras e Druck:

O sujeito fundamental do golpe, subjacente a todo o processo, mas claramente identificado na obra neoliberal efetivada após o golpe, foi a burguesia cosmopolita (sócia menor umbilical das capitais imperialistas) e o imperialismo. A sua base social de massa constituiu-se principalmente de parte majoritária da ‘classe média’, mas também de alguns segmentos das classes populares – ganhos para o ideário da anticorrupção (sempre associada ao Estado) e da meritocracia (Filgueiras; Druck, 2019, n.p, grifos nossos).

Estas frações burguesas e seus representantes políticos¹⁸ buscaram resolver o conflito entre as classes dominantes da forma mais radical possível, substituindo a hegemonia política anterior pelo projeto ultraliberal. Para tal, emularam o ativismo das classes médias para respaldar o golpe jurídico-parlamentar. O êxito desta engenharia política – consumado com o

¹⁶ Cf.: TRINDADE, H. & SANTAMARÍA, D.J., *La cuestión del fascismo en América Latina*, Desarrollo Económico, vol. 23, n° 91, 1983.

¹⁷ “A crise de acumulação em 2015, que gerou a queda tanto na renda do trabalho como no lucro dos segmentos não financeiros, não reduziu o conflito distributivo, mas, ao contrário, ampliou-o, pois os lucros caíram numa velocidade maior que os rendimentos do trabalho. Ou seja, tanto os salários como os lucros, em 2015, seguiram numa espiral em queda livre” (Pinto *et al*, 2019, p. 120). Presume-se que a queda livre dos lucros em 2015 agudizou ainda mais os conflitos no seio do bloco no poder, ainda que houvesse um consenso *difuso* quanto à necessidade de um ajuste recessivo na política econômica. Ter o controle decisório acerca dos mecanismos de amortecimento da crise de acumulação é um fator gerador de crises e tensões políticas no bloco no poder.

¹⁸ Dado os limites artigo não será possível maior detalhamento, ainda assim é importante apontar que a maior representação do campo neoliberal ortodoxo no Brasil, o PSDB, hesitou no apoio ao *impeachment*, pois estava muito dividido em conflitos internos. Pode-se dizer, corroborando com o prisma de análise aqui utilizado, que o protagonismo das classes médias é que empurrou o conjunto do PSDB para o golpe

golpe de Estado de 2016 – não deve, todavia, obnubilar o fato que a crise política instalada produziu uma dinâmica que escapou aos objetivos inicialmente pretendidos por este campo neoliberal ortodoxo.

A irrupção das classes médias no cenário político brasileiro data do momento em que as Jornadas de Junho de 2013¹⁹ foram cooptadas a partir da ação manipulatória por parte da grande mídia, que foi capaz de dirigir o movimento acéfalo inicialmente composto por jovens trabalhadores e estudantes com pautas progressistas. O ativismo se fortaleceu em 2014, ano eleitoral, e se radicalizou a partir de 2015. Progressivamente foi ocorrendo no Brasil o que Poulantzas define como a constituição das classes médias enquanto uma autêntica força social, capaz de entrar na “*cena política de forma relativamente autônoma e com um peso político específico*” (Poulantzas, 2021, p. 262). Dado o cenário de crise política burguesa e do fato da classe trabalhadora brasileira estar na defensiva²⁰, as classes médias progressivamente vão abandonando a mera posição de classe-apoio da burguesia, deixam de se constituir tendencialmente como mera clientela eleitoral dos partidos burgueses, para assumir seu papel como força social relativamente autônoma diante do bloco no poder. O desempenho eleitoral dos tradicionais partidos burgueses brasileiros nas eleições de 2018 atesta essa crise de representação, expressão da crise de hegemonia no bloco no poder: variadas frações burguesas desembarcaram dos partidos tradicionais, como o PSDB, como também as classes médias, seus eleitores tradicionais, que migram em massa desde o primeiro turno para a candidatura neofascista de Jair Bolsonaro²¹.

As classes médias não possuem projeto político de longo prazo e por isso, em regra, se perfilam ou com o projeto político hegemônico no seio das classes dominantes, ou, em

¹⁹ Segundo Antunes, as manifestações da chamada Jornadas de Junho de 2013 emergem de forma polissêmica, heterogênea e até mesmo policlassista. Todavia, no primeiro momento, dada a composição social majoritariamente ligada à juventude assalariada do setor de serviços e da presença do movimento estudantil, tal movimento não tinha ainda natureza pluri-ideológica, o que passou a ter no segundo momento, quando muda também sua composição social com a entrada massiva das classes médias embebidas de uma leitura liberal da realidade. Cf.: ARTUNES, R. *As rebeliões da jornada de 2013*, in *Jornadas de Junho: a revolta popular em debate*, ICP, 2014.

²⁰ Como nos lembra Togliatti: “(...) as probabilidades de instauração de uma ditadura fascista estão ligadas ao grau de combatividade da classe operária e à sua capacidade de defender as instituições democráticas. Quando o proletariado não quer, é difícil derrubar essas instituições” (Togliatti, 1978, p. 4). Ou seja, o fato de os trabalhadores estarem na defensiva é um elemento decisivo para a irrupção neofascista no Brasil.

²¹ Considerando a renda como *proxy* para se captar a movimentação eleitoral das classes médias, pesquisa Datafolha de 28 de setembro de 2018 apresenta dos seguintes números: renda de 5-10 salários mínimos (SM), Bolsonaro com 44%, Haddad com 16% e Alckmin com 10%; 2-5 SM: 34%, 19% e 11%, respectivamente; 0-2SM: 18%, 28% e 9%, respectivamente. Cf.: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/eleicao-em-numeros/noticia/2018/10/26/datafolha-de-25-de-outubro-para-presidente-por-sexo-idade-escolaridade-renda-regiao-religiao-e-orientacao-sexual.ghtml> e <https://www.gazetadopovo.com.br/apuracao/resultado-eleicoes-2018/presidente/>.

momentos de ofensiva dos trabalhadores, fazem a adesão aos partidos de esquerda socialista. A incapacidade hegemônica da burguesia e

A perda da influência real desses partidos na cena política, influência real que lhes era atribuída pelo seu laço com as outras classes e frações que não a pequena burguesia, conduz a própria pequena burguesia a se afastar deles. A via está, portanto, aberta aos partidos fascistas (Poulantzas, 2021, p. 265).

Através do bolsonarismo as classes médias brasileiras irromperam na cena política com relativa autonomia diante das classes dominantes. Trouxeram para o centro da política brasileira demandas e ressentimentos típicos de sua condição social. Deslocaram a ideologia dominante (burguesa) de sua posição quase que inconteste e inseriram na sociedade brasileira uma versão distinta desta mesma ideologia, mas marcada por elementos pequeno-burgueses, por “torções-adaptações” provenientes da classe média radicalizada, fascistizada²². As demonstrações de ódio ao Estado de direito e às instituições da democracia liberal, bem como aos partidos burgueses tradicionais, evidenciam esse relativo deslocamento ideológico sofrido pela ideologia burguesa com a emergência da ideologia neofascista (bolsonarista). Por sinal, variados intelectuais anteriormente vinculados à ideologia liberal-burguesa fascistizaram-se neste processo, rompendo com o liberalismo político e cultural.

Palmiro Togliatti em *Lições sobre o Fascismo* afirma que a ideologia fascista é um “amálgama de elementos contraditórios”, “uma série de elementos heterogêneos (...) [que] servem para soldar o conjunto das correntes diversas da luta para a ditadura sobre as massas trabalhadoras e para criar um amplo movimento de massas” (1978, p. 9). São traços ideológicos típicos do fascismo e presentes no bolsonarismo: 1) culto ao Estado, estatolatria, a despeito do ultraliberalismo econômico: nos planos político, ideológico, cultural e moral o Estado e sua ideologia fascista devem se sobrepor sobre os indivíduos e aos preceitos liberais da liberdade individual; 2) derivado do ponto anterior, há também o culto ao chefe, ao líder, batizado no bolsonarismo de “mito”; 3) rechaço ao Estado de direito, ao império da lei, que deve ser substituído pela regra emanada do chefe. No governo Bolsonaro esse traço peculiar do fascismo se evidenciou no embate do movimento e do próprio governo contra o Legislativo

²² “A ideologia burguesa continua a ser constantemente apresentada na ideologia dominante: o subconjunto ideológico pequeno-burguês, mesmo modificado, continua a ser uma torsão-adaptação da ideologia burguesa sobre as aspirações da pequena burguesia, essa aqui não possuindo ideologia própria, no sentido forte do termo. Além disso, mesmo os ‘elementos’ ideológicos próprios da pequena burguesia jogam finalmente em benefício da burguesia” (Poulantzas, 2021, p. 269). Não se trata, portanto, de uma “terceira força”, como atribuída a socialdemocracia na época do fascismo clássico. O fato do fascismo não se confundir política e ideologicamente com a burguesia, não significa que se trate de uma mera relação de diferença. A captura precisa da natureza do fascismo é essencial para se desvincular seja das interpretações socialdemocratas (mera desidentidade), seja das esquerdistas da fase do “Terceiro Período” da Internacional Comunista (mera identidade a mando do grande capital).

(principalmente em 2019) e o Judiciário (2020 em diante); 4) elitismo e racismo; 5) nacionalismo exacerbado que no caso brasileiro, um país dependente, assume a forma de um culto vazio de símbolos pátrios (bandeira, hino) e ode a um passado romantizado do país: ditadura militar. Da noção deturpada acerca do “ser brasileiro” provém a sustentação do racismo, enxergando os conflitos étnico-raciais como um elemento externo (exógeno) inoculado a fim de produzir anomia no corpo social nacional, cuja marca seria a democracia racial; 6) militarismo: ainda que sem ímpeto expansionista, como no caso clássico dos fascismos italiano e alemão, há um culto às forças armadas e demais forças repressivas, as quais gozariam de uma pretensa superioridade moral a ser espelhada na sociedade. Não à toa se criou o programa de escolas cívico-militares; 7) culto à família concebida de forma desistoricizada, reificada, cuja mácula proveniente da “democracia” teria causado males como homoafetividade, conflito entre gêneros e mesmo a violência urbana; 8) obscurantismo e anti-intelectualismo: o irracionalismo é funcional à descredibilização pública da ciência, tendo em vista o fomento de “narrativas” acerca da sociedade e da natureza que envolvam os sujeitos históricos numa espécie de mundo paralelo (bolhas); 9) particular importância atribuída à educação: o bolsonarismo apesar de glorificar a ditadura militar (1964-1985), a criticava pelo fato de ter “matado pouco” e não ter sido capaz de destruir o “marxismo-cultural”. Logo, põe-se como meta a disputa das consciências com especial atenção à educação da juventude.

Importante destacar que o fascismo não é um movimento que serve como força de apoio “a reboque” do grande capital. O movimento fascista converte-se numa força social com relativa autonomia em relação ao bloco no poder justamente em um momento histórico marcado por crise política da burguesia e debilidade do proletariado. Daí criam-se condições objetivas para a irrupção fascista, que surge representando os interesses contraditórios das classes médias para, posteriormente, ser cooptado por determinada fração burguesa a fim de resolver a sua crise política, produzindo, desta forma, uma nova hegemonia no bloco no poder.

No caso brasileiro, o bolsonarismo - que emerge na esteira do processo de *impeachment* e da crise institucional prolongada provocada pela Operação Lava-Jato – vai imantando ao seu redor o ativismo radicalizado das classes médias em prejuízo de outros agrupamentos profascistas²³, como o próprio “lavajatismo”, o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem pra

²³ O prefixo “proto” aqui se refere ao fato desses movimentos não terem conseguido trilhar o caminho até o amadurecimento definitivo para se converterem num verdadeiro movimento neofascista. O bolsonarismo foi quem fez essa trajetória, engabelando todas as demais organizações profascistas “concorrentes” à sua liderança. O ocaso do MBL ocorre ainda em 2019, sendo logo seguido do ocaso do “lavajatismo” enquanto movimento emanado desde a burocracia estatal do sistema judicial. O fiasco de Sérgio Moro nas pesquisas eleitorais para as eleições de 2022 atestam essa falência.

Rua, dentre outros. Articulando o uso das redes sociais, ações de rua e vínculos com igrejas neopentecostais (que lhes confere um traço mais popular, indo além das classes médias), o bolsonarismo se converte numa organização complexa – ainda que não formalmente partidária – com vínculos organizativos e ideológicos orgânicos com as classes médias. Ainda em 2017²⁴, um ano antes do pleito eleitoral, Bolsonaro anunciou o nome do economista Paulo Guedes para o Ministério da Fazenda de seu eventual governo, evidenciando que a política econômica seria entregue a um ultraliberal que não só daria continuidade à agenda do golpe de 2016 (Ponte para o Futuro), como a aprofundaria ao máximo. Selou-se aí a simbiose do neoliberalismo com o neofascismo tupiniquim, entre a grande burguesia associada e o imperialismo, principalmente, estadunidense e o bolsonarismo. Este último passou a *representar* uma determinada classe – classes médias – em *termos ideológicos e organizativos*, ao passo que já não a representava mais em seus interesses reais de classe, pois neste quesito o bolsonarismo passou a *representar* aquela fração das classes dominantes (grande burguesia associada ao imperialismo e o imperialismo)²⁵.

Esta “cooptação” do fascismo pela grande burguesia também ocorreu nos casos clássicos italiano e alemão, o que produz contradições constantes do fascismo no governo, seja com sua base de massas, seja com a fração burguesa que ele realmente representa os interesses estratégicos²⁶. No caso do bolsonarismo, ainda que a gestão econômica e social do governo estivesse a cargo do ultraliberalismo (grande capital associado e do imperialismo), a atuação política do governo em permanente tentativa de “fechar o regime”, fascistizá-lo a ponto de convertê-lo num Estado de exceção de tipo fascista, respondia prioritariamente às exigências da sua base social, contanto ora com a aquiescência das classes dominantes, ora com a insatisfação. Por sinal, o bolsonarismo no governo jamais aderiu a sua plena “institucionalização” à democracia liberal, colocando-se sempre na condição de um agente antissistêmico infiltrado na institucionalidade, mas permanentemente em busca da sua superação. Inteligentemente, o bolsonarismo tem ciência de que a sua reconversão a uma mera força político-partidária concorrente na democracia brasileira o desvincularia de sua base de massas fascistizada, o que o tornaria obsoleto, descartável. Por isso a simbiose do neofascismo bolsonarista com o neoliberalismo é sempre tortuosa: funcional, mas sem jamais o primeiro se

²⁴ Cf. <https://www.poder360.com.br/eleicoes/se-eleito-bolsonaro-diz-que-paulo-guedes-deve-ser-ministro-da-fazenda/>.

²⁵ Quanto à polissemia do termo “representação”, Cf. Poulantzas (2021, p. 266).

²⁶ Além da obra de Nicos Poulantzas aqui utilizada, *Fascismo e Ditadura*, a obra de Daniel Guérin, *Fascismo e Grande Capital*, traz um detalhamento dos conflitos surgidos entre o fascismo clássico no poder e a sua base de massas “plebeia”. Cf.: GUÉRIN, D. *Fascismo e Grande Capital*, Editora Unicamp, 2021.

subsumir plenamente ao segundo, sem jamais deixar de mobilizar as classes médias a fim de convertê-la numa força social relativamente autônoma - elemento inerente do fascismo e permanente gerador de tensão política com a classe social que o fascismo representa nos seus reais interesses de classe (grande burguesia). Como alertava Togliatti, mesmo quando o fascismo altera a natureza do regime político, instaurando uma ditadura fascista, ainda assim “se esforça (...) por ter um movimento de massa, organizando a burguesia e a pequena burguesia” (1978, p. 5).

Papel da Operação Lava-Jato no processo de fascistização

Antes de concluirmos teceremos algumas considerações a respeito da Operação Lava-Jato (OLJ) e o seu papel no processo de fascistização. Segundo Poulantzas, durante a crise política que deflagra o processo “a forma ‘democrático-parlamentar’ de Estado continua aparentemente intacta”, entretanto, haveria um “recrudescimento do próprio papel do aparelho de Estado – exército, política, tribunais, administração - , suplantando de certa forma o papel do governo formal”, “deslocando o poder real do lugar onde ainda se expressam os seus partidos convertidos em simples ‘camarilhas’, ou seja, do Parlamento, para o aparelho de Estado no sentido estrito” (Poulantzas, 2021, p. 81). Esse deslocamento dos centros de poder durante a crise política típica do processo de fascistização, distorcendo o poder real do poder formal, é bastante saliente na crise política brasileira agudizada a partir de 2015.

Na nossa leitura, a OLJ é um reflexo da crise política brasileira oriunda da crise de hegemonia no interior do bloco no poder, que, como vimos acima, advém desde 2013, mas que explode com toda potência em 2015 no auge da crise econômica. Não é possível se compreender a importância assumida pela OLJ no seio da crise política sem situá-la num espectro maior, de conflito agudo entre as classes dominantes, em que a politização da luta de classes não tem por destinatário apenas as classes dominadas, mas ocorre também no seio do bloco no poder. Trata-se, como já exposto, de um “traço notável” da crise política que deflagra o processo de fascistização, segundo Poulantzas (2021, p. 78).

A Operação surge em março de 2014, justamente quando a crise política se intensificava. Volta-se para os casos de corrupção existentes na Petrobrás, empresa pública que desde a descoberta do pré-sal havia feito mega investimentos e que possuía contratos com grandes empresas brasileiras, como a Odebrecht. Como já é de domínio público, a OLJ teve seu início permitido pelas informações à margem da legislação brasileira obtidas pelo então juiz, Sérgio Moro, e os procuradores do Ministério Público Federal junto ao Departamento de Justiça dos

EUA²⁷, que desde a década anterior espionava a Petrobrás e mesmo a Presidente Dilma, como ficou exposto nas denúncias do ex-NSA/CIA, Edward Snowden.

Conforme Pinto *et al* (2019), o vínculo da OLJ com o Estado estadunidense não significa dizer que tenha havido um cérebro “fora do país”, mas que houve, isso sim, “convergências de interesses entre agentes externos e internos” (p. 129). Continua:

No contexto de crise econômica e com apoio expressivo, a operação Laja-Jato, *que nasceu desvinculada do bloco no poder*, conseguiu *deslocar o centro de poder do Estado brasileiro para suas mãos*, com o objetivo de seguir na caçada à corrupção que, para eles, resultaria na refundação do Brasil, deixando para trás o capitalismo brasileiro patrimonialista (Pinto *et al*, 2019, p. 124, *grifos nossos*).

O messianismo lava-jatista na sua cruzada contra a corrupção que assola o Brasil, especialmente a esquerda, é, segundo o autor, um traço característico das classes médias, que usam seus postos na burocracia estatal para travar sua cruzada contra o “mal”. Discordamos do autor quando ele afirma que a OLJ nasceu desvinculada do bloco no poder: ela nasce e se desenvolve com a complacência direta das altas cúpulas do Judiciário, do Poder Executivo (na época sob governo do PT) e com alto grau de articulação com a grande mídia. Expressa, a nosso ver, o conflito em ebulição no bloco no poder, o apoio dado pelo campo neoliberal ortodoxo ao seu fortalecimento. Apesar dessa tênue discordância, Pinto *et al* (2019) está correto quando afirma que a OLJ descola o centro de poder do Estado brasileiro, subvertendo a hierarquia estatal formalmente estabelecida aos seus objetivos messiânicos, os quais, até determinado momento, pareciam convergir com os partidos burgueses tradicionais, especialmente o PSDB.

Seguindo a analogia do autor, a bactéria foi inoculada num organismo anômico (em crise política), caso contrário teria sido rapidamente contida pelos anticorpos institucionais desde suas fases iniciais. Tal foi o que ocorreu com a Operação Castelo de Areia, que em 2009 investigou casos de corrupção envolvendo políticos e as empreiteiras, a Camargo Correa em particular, bem como com a Operação Satiagraha em 2008, ambas anuladas pelas instâncias superiores por nulidades processuais. A OLJ nasce e cresce por sua funcionalidade para as frações das classes dominantes que almejavam criar uma crise política suficiente para retomar a hegemonia no bloco no poder, entretanto, essa “bactéria” cresce e se alastra pelo organismo anômico sem que seus “mecenas” tivessem mais controle. Produz um rastro de destruição política e institucional que, se por um lado satisfaz o campo neoliberal ortodoxo que pode executar seu projeto econômico na máxima potência (praticamente extinguindo seu maior opositor, a grande burguesia interna), por outro provocou o efeito colateral de dizimar o sistema

²⁷ Cf.: [ConJur - Jornal francês mostra como os EUA usaram Moro e a "lava jato"](#).

político (PSDB, PMDB) - com impactos institucionais na fragilizada democracia liberal brasileira que ainda estão sendo observados²⁸ -, e pavimentar o caminho para o neofascismo pleno: o bolsonarismo. Este desfecho certamente não estava dentre os objetivos políticos do campo neoliberal ortodoxo quando iniciou sua luta radicalizada contra a frente neodesenvolvimentista.

Essas forças sociais achavam que, cada uma delas individualmente, poderiam conter a contaminação bacteriana ou direcioná-la para destruir seus competidores, adversários e desafetos. Com isso, a bactéria ganhou uma força inimaginável e (...) [com] um rastro de degradação institucional e de desestruturação de bases produtivas (Pinto *et al*, 2019, p. 129).

Por último, importante mencionar outro fato de extrema relevância que não foi objeto de problematização deste artigo por razões de espaço: a crise política no seio das classes dominantes não só provocou o aparecimento e o amadurecimento do neofascismo por intermédio do bolsonarismo - suplantando todos os concorrentes, como o próprio “lavajatismo” -, mas implicou no deslocamento institucional que recolocou as Forças Armadas (FAs) novamente na cena política brasileira. Estudos apontam a atuação política das cúspides das FAs desde o processo de *impeachment*, com participação direta durante o governo Temer, durante o processo que conduziu o ex-Presidente Lula à cadeia e, principalmente, no pleito eleitoral de 2018 e no posterior governo Bolsonaro/Mourão. A relação do bolsonarismo com as FAs e o papel cumprido por esta última na crise e no governo Bolsonaro é, entretanto, objeto para um outro momento.

Considerações finais

Neste artigo buscamos apresentar a hipótese de que há uma afinidade eletiva entre o neoliberalismo e o avanço da extrema direita no capitalismo contemporâneo. A crise da sociabilidade burguesa exige enquanto *perpetuum mobile* a degradação das condições econômicas das classes dominadas, com impactos deletérios sobre a sociedade e os valores constituídos pelos povos no transcurso das suas histórias. A euforia entorpecente das primeiras décadas do neoliberalismo, quando foi capaz de se banhar de legitimidade e se auto-proclamar como sinônimo de democracia e direitos individuais, tem sido suplantada progressivamente por

²⁸ Um dos impactos institucionais mais evidentes é o esvaziamento das atribuições do Executivo Federal, que perdeu a capacidade de nomear e exonerar o Presidente do Banco Central, fragilizando a capacidade do Presidente da República eleito em definir a política monetária em sintonia com o projeto político eleito pelo sufrágio universal. O mesmo ocorre com a restrição de se operar a política fiscal, que foi aprisionada pela EC95 (teto de gastos). Por fim, ainda que não tenha havido mudanças institucionais formais, é de se investigar a vigência, ou não, do chamado “presidencialismo de coalisão” vigente até o golpe de 2016. De lá até aqui mudanças legais ocorreram e que parecem surtir o efeito de desequilibrar a relação Executivo-Legislativo em favor desde último, fragilizando o presidencialismo como forma de governo.

um “novo-neoliberalismo”, cada vez mais obscuro nos seus intentos e cada vez mais autoritário no seu *modus operandi*. Há, portanto, uma tendência cada vez mais nítida entre o avanço do neoliberalismo e o recrudescimento do autoritarismo estatal, um processo de extrema direitização da política, mesmo que no seio da democracia liberal (macronismo, como expresso por Dardot e Laval).

De forma concomitante ao seu rastro de destruição, o neoliberalismo tem produzido massas de indignados e ressentidos, aqueles que têm medo da incerteza, das desigualdades e que rechaçam a apologética do novo mundo produzido pela indústria cultural. Estes têm conformado em variados países as massas que vão aderindo aos agrupamentos de extrema direita, muitos dos quais têm traços neofascistas nítidos. Conformados fundamentalmente pelas classes médias, ainda que não somente, estes grupos tendem a se converter paulatinamente em movimentos neofascistas com capacidade de intervir na cena política nacional, em alguns casos chegando a ocupar postos de relevo na democracia liberal, a mesma que vislumbram superar em prol de um Estado de exceção permanente. Para com eles, o neoliberalismo tem uma relação simbiótica, ambígua e oportunista, quando não de apoio despudorado – como no caso brasileiro.

Apresentamos acima uma interpretação possível do processo político brasileiro que vai das Jornadas de Junho de 2013 até a eleição de Jair Bolsonaro em 2018. A afinidade eletiva entre o neoliberalismo e o neofascismo no Brasil ficou extremamente nítida, quando frações das classes dominantes brasileiras passaram a emular as classes médias para o ativismo político tendo o objetivo de resolver seus conflitos políticos internos ao bloco no poder. Este ativismo, entretanto, passou a adquirir contornos de autonomia relativa em relação às classes dominantes, no que definimos como processo de fascistização, que desaguou no bolsonarismo. Como expressão mais plena do neofascismo tupiniquim, o bolsonarismo conforma uma base de massas, fundamentalmente proveniente das classes médias, que emerge da crise política e se constitui como uma força social, e, daí, passa a representar os reais interesses da burguesia associada e do imperialismo estadunidense.

Buscamos ressaltar o traço que é peculiar ao fascismo histórico e ao neofascismo, qual seja, o seu caráter de movimento reacionário de massas, que emerge de aguda crise política do bloco no poder e de uma condição fragilizada das classes dominadas, incapacitadas, portanto, de fazer o embate com o neofascismo. Seu papel histórico é resolver os conflitos interburgueses em favor de algumas de suas frações e, principalmente, destruir a organização da classe trabalhadora em termos econômicos e políticos. Além da relevância para o entendimento do nosso passado recente, o presente artigo procurou contribuir para a elucidação das batalhas vindouras, afinal de contas, enquanto movimento de massas o neofascismo não tende a se esvaír

com facilidade dado o seu enraizamento nas classes médias. Este fato exige da classe trabalhadora e das forças democráticas e socialistas uma arguta análise da realidade, da sua correlação de forças, com o fim de traçar as táticas destinadas a derrotar definitivamente a chaga neofascista bolsonarista, cujo primeiro passo ocorreu em outubro de 2022. Passo necessário, imprescindível, mas insuficiente.

Referências bibliográficas

- BARROS, M. C. Neofascismo e Neoliberalismo: o fenômeno Bolsonaro. *Revista Ensaios*, v. 17, jul-dez, 2020, p. 136-158.
- BORÓN, A. El fascismo como categoría histórica: en torno al problema de las dictaduras en America Latina. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 39, abr-jun/1977, p. 481-528.
- BORÓN, A. Caracterizar o governo de Jair Bolsonaro como “fascista” é um erro grave. *Brasil de Fato*, 02 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/01/02/artigo-or-caracterizar-o-governo-de-jair-bolsonaro-como-fascista-e-um-erro-grave/>> . Acesso em: 28 jun. 2023.
- BOITO JR., A. *Reforma e Crise Política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.
- BOITO JR., A. O neofascismo no Brasil. *Boletim Liere*, nº 1, maio/2019.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. A anatomia do novo neoliberalismo. *Instituto Humanitas Unisinos*, 25 jul. 2019. Disponível em: <[Anatomia do novo neoliberalismo. Artigo de Pierre Dardot e Christian Laval - Instituto Humanitas Unisinos - IHU](#)>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 12 nov. 2018. Disponível em: <[O governo Bolsonaro, o neofascismo e a resistência democrática - Le Monde Diplomatique](#)>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G. *O neoliberalismo neofascista do governo Bolsonaro e os desafios para a esquerda*. Disponível em: <[Luiz-Filgueiras-e-Graça-Druck.pdf \(marxismo21.org\)](#)>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- GUÉRIN, D. *Fascismo e Grande Capital*, Editora Unicamp, 2021.
- LÖWY, M. Neofascismo: um fenômeno planetário – o caso Bolsonaro. *A Terra é Redonda*. Disponível em: <[Microsoft Word - 19.10-Neofascismo e Bolsonaro \(bresserpereira.org.br\)](#)>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- MELO, D. Bolsonaro, fascismo e neofascismo. Disponível em: <[Microsoft Word - MC191.doc \(niepmarx.blog.br\)](#)>. Acesso em: 27 jun. 2023.
- PINTO, E. C. *et al.* A guerra de todos contra todos e a Lava-Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, nº 54, p. 107-147, set./dez. 2019.
- POULANTZAS, N. *Fascismo e Ditadura: o III Internacional face ao fascismo*. Florianópolis: Enunciado Publicações, 2021.
- ROUSSEFF, D. Junho de 2013 foi um levante contra o sistema forjado desde a ditadura militar. *Jacobin*, 19 jun. 2023. Disponível em: <<https://jacobin.com.br/2023/06/junho-de-2013-foi-um-levante-contra-o-sistema-forjado-desde-a-ditadura-militar/>>. Acesso em: 28 jun. 2023.
- SINGER, A. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, nº 85, p. 83-102, nov. 2009.
- SINGER, A. Cutucando onças com varas curtas. *Novos Estudos*, nº 102, p. 39-67, jul./2015.
- SINGER, A. *O Lulismo em Crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

TOGLIATTI, P. *Lições sobre o Fascismo*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

TRINDADE, H.; SANTAMARÍA, D.J., La cuestión del fascismo en América Latina. *Desarrollo Económico*, vol. 23, nº 91, 1983.

LIBERTAS
ON LINE

476

D
O
S
S
I
È